



A reunião dos técnicos do EBTU com Callmam demorou nove horas

## ES terá 9 bilhões para o transporte coletivo

Reunidos ontem com o secretário estadual de Planejamento, Orlando Caliman, técnicos da EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) anunciaram, ao final da tarde, que o Governo Federal irá liberar uma verba de 8 milhões de dólares — o correspondente a Cr\$ 9 bilhões — a fim de iniciar o Programa de Aglomerados Urbanos da Grande Vitória — "Aglurb" — com o objetivo de resolver de vez o angustiante problema de transporte coletivo da região metropolitana, mas de modo global.

Único prefeito presente, João Batista Mota, da Serra, revelou que seu Município deverá ser a área piloto de todo o programa, que deve começar a ter sua execução em agosto, embora em meados de abril os técnicos José Luís de Paiva, diretor de operações da EBTU, e Luís Fernando retornem a Vitória para o início de uma série de estudos os quais servirão de base, já, para a sua concretização. Além desses dois representantes do Governo Federal, deverão vir outros especialistas do Ministério dos Transportes, segundo Orlando Caliman, que adiantou que o Programa de Aglomerados Urbanos nada tem a ver com o Transcol, apesar de ele poder integrar, total ou em partes, do Aglurb.

Detran, Lézio Sathler, bem como os proprietários de empresas de ônibus, enfim todas autoridades envolvidas com transporte de massa.

### METRÔ

Indagado sobre a possibilidade de a Rede Ferroviária — antiga Leopoldina — entrar no projeto, já que é empresa do Ministério dos Transportes, o diretor da EBTU informou que "isso é um caso a estudar". José Luís de Paiva se comprometeu a entrar em contato com a direção da Rede, em sua próxima ida ao Rio, a fim de ser estudada uma fórmula de implantação de um sistema de metrô a céu aberto, como já existe em Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Curitiba. Ele acha a proposta viável, já que a infra-estrutura principal já existe — a ferrovia propriamente dita — dependendo apenas de melhorias a serem introduzidas, como eletrificação e remodelação das linhas.

Durante todas as nove horas que durou a reunião, a discussão girou praticamente sobre um só tema — a necessidade urgente de implantação do Programa de Aglomerados Urbanos. Para Luís Fernando de Carvalho, igualmente, a situação do transporte de massa da Grande Vitória realmente "é caótica", considerando-a uma das piores do País.



## O QUE É

Basicamente, o Programa de Aglomerados Urbanos visa resolver os problemas de transportes coletivos de metrópoles, como Vitória, mas com a participação de prefeituras, do Governo Federal e mesmo das comunidades.

No caso da Grande Vitória, os prefeitos dos cinco municípios que integram a região — Berredo de Menezes, da capital, Vasco Alves, de Vila Velha, Vicente Santório, Fantini, de Cariacica, João Batista da Mota, da Serra, e Demóstenes de Carvalho, de Viana — estarão presentes e levarão suas sugestões para a elaboração da minuta do programa, que será avaliada e depois, então, com a colaboração de técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, é que será aprovado o Programa de Aglomerados Urbanos da Grande Vitória.

Inicialmente, serão destinados 8 milhões de dólares — Cr\$ 9 bilhões — ao Aglurb da região, provenientes do Banco Mundial. Esta quantia poderá ser liberada tão logo o projeto do programa esteja concluído, até final de abril.

De acordo com o diretor de operações da EBTU, José Luís de Paiva, o Programa de Aglomerados Urbanos vai mexer com todo o sistema de transportes da Grande Vitória, com mudanças radicais de seu funcionamento e com a introdução de novos meios de transportes que podem chegar até ao ônibus elétrico — trolley trolleybus — que foi abolido das grandes capitais mas teve que ser reimplantado face à crise. Há áreas da Grande Vitória em que o trolleybus é aconselhável, segundo o técnico da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Luís Fernando de Carvalho.

Com relação ao aquaviário, os especialistas presentes à reunião (que começou pela manhã e terminou somente às 17 horas) preferiram nada dizer por enquanto, justificando que seria leviano adiantar qualquer coisa nesse sentido sem ouvir, antes, os técnicos e dirigentes da Comdusa, o que acontecerá em meados de abril. Também será convocado o diretor geral do

massa da Grande Vitória realmente “é caótica”, considerando-a uma das piores do País.

— Em princípio tudo será reestruturado — revelou o diretor da EBTU, José Luís de Paiva.

O diretor de operações da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos disse que veio a Vitória a convite do governador Gerson Camata a fim de estudar um meio de solucionar o angustiante problema do transporte de massa da região metropolitana de Vitória. “Não só viemos como trouxemos uma ótima notícia, qual seja, a disponibilidade de oito milhões de dólares (Cr\$ 9 bilhões) para o início de implantação do projeto” — afirmou ele. Mas os técnicos da EBTU consideram que é absolutamente essencial serem ouvidos todos os responsáveis por órgãos envolvidos no transporte de massa para que o Aglurb obtenha êxito.

Embora não tenha sido convocado, o prefeito da Serra, João Batista da Motta, justificou sua participação na reunião “como um acidente”. Adiantou, entretanto, que seu Município será o modelo para implantação do Programa de Aglomerados Urbanos. Afirmou que Cr\$ 4 bilhões serão destinados à instalação de abrigos de passageiros idênticos aos adotados em Brasília, melhoria do sistema viário, abertura de rodovias vicinais, construção do terminal rodoviário de Laranjeiras, além de outras obras consideradas prioritárias. Anunciou melhorias ainda para os bairros mais carentes, além de São Diogo, São Sebastião, bairro de Fátima, Serra Dourada I, II e III. Serão beneficiados ainda os balneários de Jacaraípe e Nova Almeida.

Os Cr\$ 9 bilhões a serem liberados brevemente serão apenas para o início Aglurb/Vitória, mas para sua continuidade haverá a participação financeira do Estado e as cinco prefeituras — Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana — que entrarão com 32,5 por cento do custo total do projeto. Trinta e cinco por cento das verbas serão adquiridas através de financiamento e os 32,5 por cento virão através de dinheiro a Fundo Perdido, proveniente dos cofres federais.